

MARIA DA NEVES ALVES
KATIA GONÇALVES CASTOR

A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR



MARIA DA NEVES ALVES
KATIA GONÇALVES CASTOR

A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR

1ª Edição

Diálogo Comunicação e Marketing
Vitória
2024

A importância da implementação da acessibilidade no espaço escolar © 2024,
Maria das Neves Alves e Katia Gonçalves Castor.

Orientadora: Prof.^a Doutora Katia Gonçalves Castor.

Curso: Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação.

Instituição: Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC.

Edição: Ivana Esteves Passos de Oliveira

Projeto gráfico e editoração: Diálogo Comunicação e Marketing.

Diagramação: Ilvan Filho.

DOI: 10.29327/5446838

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A474i Alves, Maria das Neves.

A importância da implementação da acessibilidade no
espaço escolar / Maria das Neves Alves, Katia Gonçalves
Castor.

Vitória, ES : Diálogo Comunicação e Marketing, 2024.

31 p. : il. foto. color. ; 21 cm.

ISBN 978-65-6013-086-9

1. Educação inclusiva. 2. Escola – Acessibilidade. 3. Alunos
com deficiência física. I. Castor, Katia Gonçalves. II. Título.

CDD – 371.9046



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
ABORDAGEM SOBRE OS CONCEITOS BÁSICOS DE ACESSIBILIDADE FÍSICA NO ESPAÇO ESCOLAR	07
PANORAMA DA LEGISLAÇÃO SOBRE A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, COMO A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LBI) E NORMAS DA ABNT SOBRE ACESSIBILIDADE	09
BARREIRAS FÍSICAS NO ESPAÇO ESCOLAR	12
PRÁTICAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR	15
PRINCIPAIS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAR A ACESSIBILIDADE FÍSICA NA ESCOLA	21
ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A ACESSIBILIDADE NO DIA A DIA ESCOLAR	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28
AS AUTORAS	30



Introdução

Este Ebook culminou na proposta de um seminário destinado a abordar **a importância da implementação da acessibilidade no espaço escolar** para pessoas com deficiência física. A iniciativa foi elaborada com base nas respostas coletadas ao longo da pesquisa e direcionada a professores e pedagogos da **Escola Municipal Pluridocente Jiboia**, localizada no município de Presidente Kennedy, Espírito Santo. O seminário visa sensibilizar e capacitar os profissionais da educação para promover a inclusão de alunos com deficiência física nas turmas de ensino regular.

Para a realização desse seminário, foram convidados os professores da escola, equipe diretiva e pedagogos. A escolha desses participantes tem como objetivo garantir que as perspectivas de diferentes funções educacionais sejam contempladas no processo de reflexão sobre a inclusão e acessibilidade dos alunos. Esses profissionais terão a oportunidade de aprofundar o debate sobre as barreiras e os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência, bem como sobre as práticas que podem ser adotadas para proporcionar um ambiente escolar mais inclusivo.

Com uma carga horária de 8 horas, o seminário foi estruturado em quatro momentos, cada um com um foco específico para guiar o processo de aprendizado e discussão:



- **1º Momento – Introdução:** Apresentação da proposta de pesquisa e dos principais conceitos sobre acessibilidade e inclusão.
- **2º Momento – Desenvolvimento:** Exposição de dados e teorias que fornecem embasamento para as discussões.
- **3º Momento – Mesa Redonda:** Discussão aberta entre os participantes sobre os desafios e soluções relacionados à acessibilidade.
- **4º Momento – Finalização:** Encerramento com a participação de um representante da Secretaria Municipal de Educação, que trará novas perspectivas e validará os resultados preliminares da pesquisa.

Além de conscientizar sobre a **importância da acessibilidade** no espaço escolar, este seminário também oferece uma plataforma para que educadores possam compartilhar experiências e propor soluções colaborativas, fortalecendo o compromisso da escola em garantir um ambiente acessível e inclusivo para todos os seus alunos.

Para tanto, o Ebook traz os conteúdos que foram abordados nos quatro momentos do seminário.





Abordagem sobre os conceitos básicos de acessibilidade física no espaço escolar

A acessibilidade física no espaço escolar é um dos aspectos fundamentais para garantir a inclusão e o acesso igualitário de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência. Trata-se de promover um ambiente onde as barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais sejam minimizadas ou eliminadas, de forma que todas as crianças possam desenvolver suas habilidades e participar de maneira plena das atividades escolares.

Para Bersch (2017), a acessibilidade física é um direito garantido por leis e diretrizes educacionais, mas a sua efetivação depende de práticas e estruturas que promovam o acesso e a permanência dos alunos com deficiência em igualdade de condições. O autor destaca a importância de rampas, elevadores, banheiros adaptados e corredores amplos, que facilitam a mobilidade e independência dos estudantes com mobilidade reduzida.



Mantoan (2015), defendem que a acessibilidade deve ir além das questões estruturais. Para ela, a verdadeira inclusão envolve também uma mudança na atitude dos educadores e colegas de turma, criando um ambiente de respeito, compreensão e acolhimento das diferenças. Isso inclui desde a formação continuada dos profissionais da educação até a sensibilização da comunidade escolar para a importância da acessibilidade.

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2020), as instituições de ensino precisam seguir normas técnicas de acessibilidade, como as especificadas pela ABNT NBR 9050, que aborda a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. A inclusão de sinalizações táteis e visuais, por exemplo, é essencial para alunos com deficiência visual, assim como a adaptação de mobiliários para garantir o acesso de alunos com deficiência física.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o direito ao ambiente escolar acessível é garantido e reforçado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Esses dispositivos legais consolidam a necessidade de adaptações que vão além do espaço físico, incluindo também o uso de materiais didáticos adaptados e estratégias pedagógicas adequadas, favorecendo a plena participação de todos os estudantes.



Panorama da legislação sobre a inclusão de pessoas com deficiência, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e Normas da ABNT sobre acessibilidade

○ Brasil tem avançado nas últimas décadas em termos de legislações que promovem a inclusão de pessoas com deficiência. Esse progresso inclui tanto a criação de leis como a definição de normas que asseguram acessibilidade física, comunicacional e atitudinal, buscando eliminar barreiras e promover a inclusão social. Entre os marcos mais importantes nesse contexto estão a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre acessibilidade.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é a principal legislação brasileira nesse âmbito. Instituída pela Lei nº 13.146/2015, a LBI representa



um avanço significativo ao regulamentar o direito das pessoas com deficiência à educação, saúde, trabalho, transporte, cultura e lazer.

Um dos princípios fundamentais da LBI é a equiparação de oportunidades e a eliminação de preconceitos e discriminações, buscando garantir que pessoas com deficiência participem plenamente da sociedade. De acordo com a LBI, todas as escolas, públicas ou privadas, devem ser inclusivas e acessíveis, oferecendo recursos de acessibilidade que garantam o aprendizado de todos os alunos.

Sassaki (2020) destaca que a LBI promove uma abordagem multifacetada da inclusão, abrangendo direitos civis, educacionais e sociais. Segundo Sassaki, essa lei estabelece um novo paradigma em que a deficiência é percebida não apenas como uma característica individual, mas também como um fator que exige uma reestruturação da sociedade. Isso implica em adaptações não só no ambiente escolar, mas em todos os espaços sociais, para que barreiras sejam eliminadas e a inclusão se torne uma realidade.





Além da LBI, a ABNT também desempenha um papel essencial por meio da norma NBR 9050, que fornece orientações para a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Atualizada em 2020, essa norma aborda as especificações técnicas que devem ser seguidas em construções para garantir acessibilidade, incluindo rampas, elevadores, sinalizações táteis e dimensionamento de espaços.

Para Miranda (2018), a ABNT NBR 9050 é um complemento necessário às leis de inclusão, pois define parâmetros objetivos que facilitam o planejamento e a implementação da acessibilidade física em diversos espaços, especialmente nas escolas.

A legislação e as normas de acessibilidade vêm sendo respaldadas também pela Constituição Federal de 1988 e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que determinam que o acesso à educação é um direito de todos, independente de suas limitações. A Constituição define que a inclusão escolar deve ser garantida por meio de suporte adequado e adaptações necessárias.

De acordo com Mantoan (2015), a legislação por si só não assegura a inclusão; é necessário que haja uma mudança nas práticas e nas concepções dos educadores e gestores para que a escola se torne, de fato, um ambiente inclusivo. O sucesso da inclusão depende, portanto, de um esforço coletivo para promover mudanças na infraestrutura e nas atitudes, criando um espaço acolhedor e acessível.



Barreiras físicas no espaço escolar

As barreiras físicas no espaço escolar representam um dos maiores desafios para a inclusão de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Elas se manifestam em elementos arquitetônicos e estruturais que dificultam ou impedem o acesso, a locomoção e a permanência desses estudantes na escola, comprometendo o direito à educação em um ambiente acessível e inclusivo.

Para Sassaki (2020), as barreiras físicas incluem, por exemplo, a ausência de rampas e elevadores, a existência de portas e corredores estreitos, a falta de banheiros adaptados e a disposição inadequada do mobiliário. Essas limitações físicas restringem a autonomia dos estudantes com deficiência e limitam sua capacidade de se locomoverem e participarem das atividades em igualdade de condições com os demais alunos. Ele ressalta que as barreiras físicas no espaço escolar não são apenas obstáculos estruturais, mas também refletem uma falta de conscientização e de planejamento por parte das instituições de ensino.

Miranda (2018) observa que, embora o Brasil possua diretrizes para acessibilidade como a NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que detalha as adaptações necessárias para espaços acessíveis, muitas



escolas ainda não seguem essas recomendações. Isso é especialmente desafiador em escolas públicas ou em prédios antigos que não foram projetados com acessibilidade em mente. Segundo o autor, a aplicação da NBR 9050 e de outras normas de acessibilidade é essencial para garantir que o ambiente escolar esteja em conformidade com os princípios de inclusão e equidade.

Outro aspecto importante, destacado por Mantoan (2015), é que a remoção das barreiras físicas no espaço escolar precisa estar alinhada com práticas pedagógicas inclusivas. A autora enfatiza que a escola deve promover não apenas acessibilidade física, mas também um ambiente de acolhimento, onde alunos com deficiência possam interagir e aprender junto aos demais. Isso exige um esforço coletivo para reestruturar o espaço físico, mas também para adaptar o currículo e as práticas pedagógicas, de forma que a inclusão não se restrinja à infraestrutura.





As barreiras físicas, conforme discutido por Carvalho (2021), podem ser interpretadas como indicadores de uma visão restritiva sobre inclusão, onde a presença de alunos com deficiência no espaço escolar não é acompanhada pelas adaptações necessárias para garantir seu pleno desenvolvimento. O autor argumenta que a eliminação dessas barreiras exige uma postura ativa das escolas e do poder público, com investimentos em infraestrutura e capacitação de profissionais para assegurar que os direitos de todos os estudantes sejam respeitados.

As barreiras físicas no espaço escolar representam um obstáculo à inclusão e à igualdade de oportunidades, reforçando a necessidade de uma abordagem integradora que contemple a adaptação de espaços e a adoção de práticas inclusivas. A remoção dessas barreiras é essencial para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática, que acolha todos os alunos em sua diversidade e possibilite seu pleno desenvolvimento.





Práticas inclusivas no contexto escolar

A promoção de uma educação inclusiva para alunos com deficiência física requer a implementação de boas práticas que garantam acesso igualitário e participação ativa em todas as atividades escolares. Essas práticas envolvem tanto adaptações no espaço físico quanto na forma como as atividades pedagógicas são planejadas, visando à criação de um ambiente acolhedor, que respeite e valorize a diversidade.

A seguir, são apresentados exemplos de boas práticas que têm se mostrado eficazes em promover a inclusão de alunos com deficiência física no ambiente escolar.

1. Adaptação do Espaço Físico

Uma das primeiras etapas para a inclusão de alunos com deficiência física é garantir que o espaço escolar seja acessível. Isso inclui a instalação de rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados e sinalização adequada, seguindo as normas de acessibilidade, como a ABNT NBR 9050. Essas adaptações devem estar presentes em todos os ambientes da escola, incluindo salas de aula,



biblioteca, refeitório e áreas de recreação, para que o aluno possa se locomover com autonomia.

Para Sassaki (2020), a adaptação do espaço físico deve ser planejada em conjunto com a comunidade escolar, levando em conta as necessidades específicas de cada aluno com deficiência. Ele ressalta que é fundamental criar ambientes que favoreçam a mobilidade e incentivem a participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares, sem segregá-los ou limitar seus movimentos.



2. Mobiliário Adaptado e Flexível

O uso de mobiliário adaptado é uma prática essencial para a inclusão. Cadeiras com ajustes de altura, mesas com espaço suficiente para cadeiras de rodas e dispositivos de apoio para alunos com baixa mobilidade são exemplos de recursos que facilitam o aprendizado e o conforto dos estudantes. Além disso, móveis flexíveis, que podem ser organizados de diferentes maneiras, permitem a criação de ambientes colaborativos onde todos os alunos participem de forma integrada.



Segundo Miranda (2018), o mobiliário adaptado e flexível é fundamental para que o aluno com deficiência física não apenas esteja presente, mas também atue ativamente no processo de aprendizado. Ao proporcionar mobiliário adequado, a escola promove a autonomia do aluno e facilita a realização de atividades em grupo.

3. Adaptação de Atividades e Materiais Didáticos

As atividades escolares também podem e devem ser adaptadas para incluir alunos com deficiência física. Por exemplo, durante uma aula de educação física, podem ser criadas atividades inclusivas, como jogos em equipe que contemplem a participação de alunos com diferentes níveis de mobilidade. Além disso, atividades que exigem habilidades motoras específicas podem ser modificadas para que todos participem dentro de suas capacidades, promovendo uma experiência coletiva e inclusiva.



Carvalho (2021) destaca que a adaptação das atividades deve ser planejada de maneira criativa e respeitosa, de forma que os alunos com deficiência física possam participar sem sentir que suas limitações os separam dos demais. Isso pode incluir o uso de recursos tecnológicos, como computadores com software de reconhecimento de voz para a realização de tarefas que envolvam escrita, ou a introdução de materiais didáticos acessíveis, como jogos educativos adaptados e atividades táteis para alunos com diferentes habilidades motoras.

4. Formação e Sensibilização da Comunidade Escolar

A inclusão de alunos com deficiência física não se limita a adaptações físicas e materiais, mas também requer uma mudança de atitude e sensibilidade da comunidade escolar. A formação continuada dos professores e a conscientização de colegas e familiares são práticas essenciais para promover um ambiente acolhedor e solidário. Palestras, oficinas e treinamentos voltados para a inclusão ajudam os educadores a desenvolver estratégias pedagógicas adaptadas e a sensibilizar a equipe escolar para o respeito e acolhimento das diferenças.





Mantoan (2015) ressalta a importância de uma comunidade escolar comprometida com a inclusão, destacando que a convivência com alunos com deficiência física proporciona uma oportunidade de aprendizado para todos. Ela argumenta que a sensibilização é um passo fundamental para que a inclusão se concretize, pois estimula o respeito, a cooperação e a empatia entre os estudantes.

5. Uso de Tecnologias Assistivas

A tecnologia assistiva é uma grande aliada para alunos com deficiência física, permitindo-lhes realizar atividades acadêmicas com maior autonomia. Dispositivos como teclados e mouses adaptados, computadores com controle por voz, tablets com aplicativos



inclusivos e outros recursos tecnológicos facilitam o acesso aos conteúdos pedagógicos e promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Sassaki (2020) defende que o uso de tecnologias assistivas deve ser uma prática recorrente nas escolas, e que a incorporação desses recursos no ambiente escolar contribui para que os alunos com deficiência física desenvolvam habilidades e potencializem sua autonomia. Esses dispositivos permitem que o estudante participe de atividades acadêmicas de maneira ativa e independente, fortalecendo sua autoestima e engajamento.



Conclusão

As boas práticas de inclusão para alunos com deficiência física envolvem ações integradas que vão além da adaptação do espaço escolar. Ao combinar infraestrutura acessível, atividades pedagógicas inclusivas, sensibilização da comunidade escolar e uso de tecnologia assistiva, as escolas podem criar um ambiente de aprendizado que valoriza a diversidade e promove o acesso igualitário. Essas práticas, quando adotadas de maneira consciente e colaborativa, tornam a escola um espaço onde todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, podem se desenvolver plenamente.





Principais desafios para implementar a acessibilidade física na escola

A implementação de acessibilidade física nas escolas brasileiras enfrenta diversos desafios, que vão desde questões estruturais até fatores culturais e de planejamento. A acessibilidade é um direito garantido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), mas, apesar das exigências legais, muitas instituições educacionais ainda não se adequaram completamente para atender às necessidades de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência física. Vamos explorar alguns dos principais desafios, com o apoio de autores brasileiros atuais.

Infraestrutura Inadequada

Um dos desafios mais citados é a falta de infraestrutura adequada. Muitos prédios escolares foram construídos antes das normas de acessibilidade e apresentam barreiras arquitetônicas, como escadas sem rampas alternativas, ba-



nheiros inacessíveis e portas estreitas. De acordo com Sassaki (2020), a infraestrutura é um dos elementos fundamentais para que a escola seja inclusiva, pois sem adaptações físicas, o acesso pleno ao espaço educacional é comprometido.



Falta de Recursos e Orçamento

A implementação de acessibilidade demanda investimentos financeiros, e muitas escolas públicas enfrentam limitações orçamentárias. Barbosa (2019) destaca que, mesmo com políticas de inclusão, os recursos destinados à educação especial são muitas ve-



zes insuficientes para cobrir os custos das adaptações físicas. A falta de apoio financeiro impede reformas importantes, como a instalação de rampas, elevadores e pisos táteis, comprometendo a inclusão de alunos com deficiência.



Planejamento e Gestão de Políticas Educacionais

Outro obstáculo significativo é a falta de um planejamento integrado e de políticas públicas eficazes para assegurar a acessibilidade nas escolas. Costa e Oliveira (2022) destacam que



a ausência de uma abordagem coordenada entre as esferas de governo resulta em ações fragmentadas e ineficazes, o que dificulta a implementação de melhorias estruturais e o monitoramento da acessibilidade nas escolas.

Atitudes e Barreiras Culturais

Além dos desafios estruturais e financeiros, as barreiras atitudinais e culturais também têm impacto na acessibilidade. A mudança de mentalidade, tanto de profissionais quanto de familiares e da comunidade escolar, é essencial para que a acessibilidade seja entendida como um direito e uma necessidade. Segundo Oliveira (2023), a resistência a mudanças e a falta de sensibilização dificultam a inclusão de alunos com deficiência.



Estratégias para fortalecer a acessibilidade no dia a dia escolar

Fortalecer a acessibilidade no dia a dia escolar é um passo essencial para promover a inclusão de todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência. A acessibilidade, quando efetivamente aplicada, garante que os alunos possam participar das atividades escolares em igualdade de condições, o que beneficia não apenas a inclusão, mas também o desenvolvimento e a autonomia desses indivíduos. Abaixo, exploramos algumas estratégias eficazes para fortalecer a acessibilidade nas escolas, com base em autores brasileiros contemporâneos.

Adaptações Arquitetônicas e Tecnológicas

Garantir que o ambiente físico esteja livre de barreiras é um ponto de partida fundamental. Segundo Santos (2021), adaptações como rampas, corrimões, banheiros adaptados, sinalizações táteis e pisos antiderrapantes são medidas básicas para tornar o espaço escolar acessível. Em paralelo, a acessibilidade tecnológica, como o uso de computadores adaptados com softwares



de leitura de tela e ferramentas de ampliação de conteúdo, amplia o acesso de alunos com deficiência visual e auditiva ao currículo. Essas medidas, conforme Santos, são fundamentais para criar um ambiente que todos os alunos possam utilizar de forma autônoma.

Capacitação dos Profissionais de Educação

Para fortalecer a acessibilidade no cotidiano escolar, é crucial que os profissionais da educação estejam capacitados para lidar com a diversidade e para compreender as necessidades específicas dos alunos com deficiência. Oliveira e Souza (2022) argumentam que a formação continuada é uma estratégia eficiente para preparar educadores, coordenadores e outros membros da equipe escolar para adotar práticas inclusivas e assegurar que todos os alunos sejam bem atendidos. Além disso, Oliveira e Souza sugerem a realização de workshops e treinamentos periódicos, envolvendo especialistas em educação inclusiva e acessibilidade.

Uso de Recursos Pedagógicos Adaptados

A adaptação dos materiais didáticos e dos recursos pedagógicos é outra estratégia eficaz para melhorar a acessibilidade nas escolas. Segundo Lima e Ferreira (2023), jogos educativos em relevo, livros em Braille, pranchas de comunicação alternativa e materiais ampliados são alguns exemplos de adaptações que facilitam o aprendizado de alunos com deficiência visual e motora. Além disso, o uso de vídeos com legenda e tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais) possibilita que alunos surdos acompanhem as atividades com mais independência.



Fomento à Cultura Inclusiva e Sensibilização da Comunidade Escolar

Promover uma cultura inclusiva e sensibilizar a comunidade escolar é essencial para fortalecer a acessibilidade. Costa (2023) destaca que o desenvolvimento de uma mentalidade inclusiva deve envolver alunos, professores, familiares e gestores, promovendo a empatia e a aceitação das diferenças. A realização de palestras, debates, e atividades em grupo que abordem a inclusão e a acessibilidade como temas centrais pode ser uma maneira eficaz de sensibilizar a comunidade e promover uma cultura de respeito e cooperação.

Planejamento Colaborativo e Envolvimento da Família

Uma estratégia central para fortalecer a acessibilidade na escola é o planejamento colaborativo entre os diferentes profissionais da equipe pedagógica, incluindo gestores, professores e especialistas em educação especial. Segundo Fernandes e Amaral (2022), esse tipo de planejamento permite que as atividades sejam pensadas de maneira inclusiva desde o início, considerando as necessidades específicas de cada aluno. Além disso, o envolvimento das famílias no processo educativo e nas adaptações realizadas na escola contribui para uma compreensão mais ampla e para um apoio efetivo ao aluno.



Considerações Finais

As reflexões e propostas apresentadas neste eBook reforçam a relevância da acessibilidade no ambiente escolar como elemento essencial para garantir uma educação inclusiva e igualitária para todos os alunos. A partir da pesquisa realizada e das respostas coletadas, foi possível delinear as demandas e desafios enfrentados pelos profissionais da Escola Municipal Pluridocente Jiboia, no município de Presidente Kennedy, Espírito Santo, em relação à inclusão de estudantes com deficiência física.

O seminário proposto visa não só sensibilizar, mas também capacitar os educadores para entender e aplicar práticas que promovam uma verdadeira integração desses alunos no ensino regular. A iniciativa tem como propósito contribuir para a construção de um ambiente acolhedor e acessível, onde cada estudante possa desenvolver plenamente suas potencialidades.

Esperamos que este material inspire outras escolas e redes de ensino a investirem na acessibilidade e na formação de profissionais comprometidos com uma educação inclusiva. Ao promovermos espaços de reflexão e capacitação, estamos avançando para uma sociedade mais justa e respeitosa, onde a diversidade é valorizada e a educação se torna um direito efetivamente universal.



Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

BARBOSA, R. A. **Inclusão e acessibilidade física em escolas públicas brasileiras: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Educação Inclusiva. 2019.

BERSCH, M. E. **Acessibilidade: Vamos falar sobre isso?** São Paulo: Editora Associação Brasileira de Educação. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC. 2020.

COSTA, L. S., & OLIVEIRA, F. A. **Planejamento e acessibilidade: uma abordagem para a educação inclusiva**. Belo Horizonte: Editora Educação e Inclu-



são. 2022.

COSTA, M. A. **Inclusão escolar e cultura inclusiva: um guia para educadores.** Rio de Janeiro: Editora Inclusão. 2023.

FERNANDES, L., & AMARAL, P. S. **Planejamento colaborativo e práticas inclusivas na escola.** São Paulo: Editora Educação Inclusiva. 2022.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna. 2015.

MARQUES, J. C., & LIMA, A. S. **Educação inclusiva e a formação de profissionais para o atendimento à diversidade.** Rio de Janeiro: Editora Educação para Todos. 2021.

MIRANDA, G. A. **Acessibilidade e inclusão: Diretrizes da ABNT e sua aplicabilidade em instituições de ensino.** Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2018.

OLIVEIRA, C. M., & SOUZA, R. P. **Formação de professores para a inclusão escolar.** Belo Horizonte: Editora Diversidade. 2022.

OLIVEIRA, M. E. **Cultura e inclusão: desafios para uma escola acessível.** Brasília: Editora Inclusão e Acessibilidade. 2023.

SANTOS, A. **Arquitetura e acessibilidade nas escolas brasileiras.** São Paulo: Editora Educação para Todos. 2021.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** São Paulo: Editora WVA. 2020.



As autoras

Maria das Neves Alves

É formada em Enfermagem pela Universidade São Camilo e possui complementação em Pedagogia pela Universidade Faveni. Tem ampla experiência na Educação Infantil, atuando na Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, ES. Trabalha no município de Marataízes, ES, como professora de Educação Especial e é mestranda em Ciência, Tecnologia e Educação no Centro Universitário Vale do Cricaré, onde aprofunda seus conhecimentos na interseção entre educação e tecnologia.





Katia Gonçalves Castor

Doutora e Mestre em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional de Ensino em Humanidades (PPGEH) do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Professora da Ifes. Campos Serrano. Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq “Educação, Cultura, Natureza e Movimentos Descoloniais”.



ISBN: 978-65-6013-086-9

DIÁLOGO

EDITORIAL

